

ENSAIO

# Porque A Craco Resiste ou como acabar com a Cracolândia em cinco passos

## Why A Craco Resists or how to end Cracolândia in five steps

Roberta Marcondes Costa<sup>I</sup>, Marcel Segalla Bueno Arruda<sup>II</sup>, Renato Oliveira Junior<sup>III</sup>, Hylane Benevides<sup>IV</sup>, Aline Hasegawa<sup>V</sup>, Daniel Mello<sup>VI</sup>, Raul Rezende<sup>VII</sup>, Maria de Lourdes Brito Amorim<sup>VIII</sup>, Talita Mattos<sup>IX</sup>, Adriana Shiraishi Rollemberg Albuquerque<sup>X</sup>, Ariel Machado<sup>XI</sup>, Luca Meola<sup>XII</sup>, Verena Carneiro<sup>XIII</sup>

### Resumo

Este ensaio tem como objeto a concepção da Craco Resiste em relação à Cracolândia e à Redução de Danos (RD). A Craco Resiste é um movimento social autônomo e horizontal fundado em 2016 para combater a violência de Estado no território da Cracolândia. Nas raízes da fundação do movimento foram identificadas cinco questões estratégicas e, enquanto não forem resolvidas, a Cracolândia paulistana vai resistir: 1) direito à moradia; 2) legalização das drogas, 3) fim do cárcere; 4) cuidado antimanicomial, em liberdade e; 5) lazer inclusivo.

**Palavras-chave:** redução de danos, gentrificação, drogas de abuso.

### Abstract

This essay focuses on the conception of Craco Resiste in relation to Cracolândia and Harm Reduction (RD). Craco Resiste is an autonomous and horizontal social movement founded in 2016 to combat state violence in the territory of Cracolândia. At the roots of the movement's founding, five strategic issues were identified that, until they are resolved, Cracolândia in São Paulo will resist: 1. right to housing; 2. legalization of drugs, 3. end of prison; 4. anti-asylum care, in freedom and; 5. inclusive leisure.

**Keywords:** harm reduction, gentrification, drugs of abuse.

<sup>I</sup> Roberta Marcondes Costa (robertinhamcosta@gmail.com) é mãe, capoeirista, antropóloga e atua com redução de danos desde 2011 na Cracolândia. É membro da Craco Resiste.

<sup>II</sup> Marcel Segalla Bueno Arruda (marcel.arruda@usp.br) é da Craco Resiste, atua com redução de danos desde 2010 na Cracolândia. É doutorando na Faculdade de Medicina da USP

<sup>III</sup> Renato Oliveira Júnior (junior.enseada@hotmail.com) é dançarino e redutor de danos.

<sup>IV</sup> Hylane Benevides (h.benevides@gmail.com) é advogada e membro da Craco Resiste.

<sup>V</sup> Aline Hasegawa (hasegawa@unicamp.br) é mãe da Irene, pesquisadora de pós-doutorado do Departamento de Política Científica e Tecnológica da UNICAMP, produtora da Peixe Lindo e militante da Craco Resiste.

<sup>VI</sup> Daniel Mello (danielcdemello@gmail.com) é jornalista, documentarista e poeta. Militante da Craco Resiste e autor do livro Gargalhando Vitória - poemas da cracolândia.

<sup>VII</sup> Raul Rezende (mitodesisifo@protonmail.com) é da Craco Resiste e do Movimento da População em Situação de Rua.

<sup>VIII</sup> Maria de Lourdes Brito Amorim (maloubritopsi@gmail.com) é psicóloga e membro da Craco Resiste.

<sup>IX</sup> Talita Mattos (talita.mattos@unifesp.br) faz graduação em sociologia na UNIFESP e é membro da Craco Resiste.

<sup>X</sup> Adriana Shiraishi (adriana.shiraishi@gmail.com) é mãe de Luan, pedagoga e historiadora. Atua na Oposição Sinpro-SP. É militante pela OSL. Redutora de danos pela Craco Resiste, integrante do time misto de várzea de São Paulo União Lapa e do coletivo Rosanegra ADF, ambos com atuação política e social por meio do futebol.

<sup>XI</sup> Ariel Machado (ariel.machado@usp.br) é geógrafo e membro da Craco Resiste.

<sup>XII</sup> Luca Meola (lucameola@hotmail.com) é um fotógrafo documental italiano, graduado em Sociologia. O foco de seu trabalho são corpos e territórios marginalizados. Atua na Cracolândia desde 2018.

<sup>XIII</sup> Verena Carneiro (verena.carvalho3@gmail.com) é jornalista, pós-graduada em jornalismo literário. Redutora de danos pela Craco Resiste e integrante dos times mistos de várzea de São Paulo União Lapa e Rosanegra ADF, ambos com atuação política e social por meio do futebol.

## Introdução

Era fim de 2016 quando o Doria ganhou as eleições municipais prometendo acabar com a Cracolândia, logo no primeiro mês de mandato – mais uma vez a Craco como uma pauta central na eleição. O Marco Antônio<sup>XIV</sup> começou a ventilar entre pessoas que circulavam no território conhecido como Cracolândia que “a gente precisa resistir”, “vamos pensar uma resistência porque eles vão vir com tudo: trarátrá...” Entramos na brisa, que começou a virar burburinho, mas alguns questionavam se a Cracolândia deveria mesmo resistir.

Chamamos uma roda de conversa pro dia 10 de dezembro de 2016 com o título: “A Cracolândia deve resistir?”. O local foi no próprio território da Cracolândia, no Teatro de Contêiner, na rua dos Gusmões, 43. Conseguimos juntar um time diverso: pessoas que consomem crack e que não consomem, usuárias, com casa e sem casa, ativistas de Direitos Humanos (DH), agentes de Redução de Danos (RD), moradores da região, trabalhadores e ex-trabalhadores de serviços de Saúde e Assistência Social, artistas e pesquisadores. Tódes levaram a sério a provocação do Marco Antônio e passamos uma tarde inteira conversando sobre o assunto. Depois de horas potentes de conversa, chegamos à conclusão que, independentemente da nossa vontade, a Cracolândia vai resistir enquanto não forem resolvidas cinco questões estruturais:

### 1. Direito à moradia

É muito duro, alguns dizem impossível, dormir na rua sem consumir nenhuma droga para aplacar o sofrimento produzido por essa condição desumana<sup>1</sup>. A Redução de Danos (RD), uma abordagem para a questão das drogas, parte da premissa de que é a pessoa que está no centro da linha de cuidado – e não a droga – e é inegável que uma pessoa sem um

lugar para morar terá maior dificuldade para receber cuidado e praticar o autocuidado (que já são ferramentas difíceis com moradia, o que dirá sem). Diferentes políticas e experiências de RD pelo mundo trazem um debate em torno da “moradia primeiro”<sup>2</sup> como passo primordial para uma resposta social efetiva à questão do consumo de drogas. É importante lembrar que não ter moradia no Brasil é uma questão, antes de mais nada, racial, pois, desde a diáspora, o povo negro no Brasil tem sido privado do direito à terra.

*Uma vez tornadas ilegais a invasão e a ocupação da zona rural, tanto os ex-escravos quanto os imigrantes pobres europeus ficariam impedidos de ter suas próprias terras, ainda que pequenas, e naturalmente se transformariam em trabalhadores abundantes e baratos para os latifúndios<sup>3</sup>.*

Embora todos os grupos pauperizados fossem desprovidos de terras, gradualmente os brancos europeus receberam títulos de posse de terras roubadas dos povos originários, enquanto os negros tinham a Lei de Terras que os proibia permanentemente de deter a posse de propriedade fundiária<sup>4</sup>. Assim, começar a pensar saídas para a Cracolândia passa por começar pela reparação histórica da privação de direitos fundamentais, como o direito a um domicílio digno, uma moradia, um lar, uma terra para plantar e um lugar para morrer e honrar seus ascendentes. Afinal, geração após geração, esse direito a uma terra e um lar foram e continuam sendo privados, haja vista que persiste a maioria esmagadora de pessoas pretas sem lar, no Brasil e na Cracolândia<sup>5</sup>. Sem casa, a Craco com certeza resiste.

### 2. Legalização das drogas

As drogas são mercadorias, foram e são imprescindíveis para fazer o sistema econômico capitalista funcionar<sup>6</sup>. Pesquisas indicam que, sem café, não seria possível aumentar as jornadas de trabalho, à base de luz elétrica, na revolução industrial, por exemplo<sup>7</sup>. No Brasil, historicamente vivemos o pioneirismo da

<sup>XIV</sup> Marco Antônio (entre muitas outras coisas, como todas as pessoas) era um dos melhores abraços da Cracolândia, de sorriso acolhedor tinha uma das malocas mais frequentadas do fluxo da Dino Bueno, onde vivia há alguns anos. Foi vítima fatal da omissão e crueldade do Estado quando teve que enfrentar um acidente vascular encefálico sozinho na calçada, porque nem seus familiares a polícia deixou chegar perto nas mais de quatro horas que ficou esperando uma ambulância. Ele faleceu chegando ao hospital. Montanha, querido amigo, a gente agradece muito sua existência e continua tentando levar pra frente a ideia que você deu: lutar e resistir, mas com alegria e diversão, como você queria, tamo tentando!



Bandeirão produzido pela Craco Resiste e estendido sobre a passarela das noivas, próximo à Cracolândia, em protesto contra violência policial. No bandeirão é possível ler: "Bombas não tirarão as pedras do meu caminho".

Foto: Luca Meola.

proibição das drogas, no século XIX, em função da criação da primeira delegacia de polícia voltada a crimes de vadiagem e uso de "pito do pango" ou maconha<sup>6</sup>. De lá pra cá, o proibicionismo tem atrapalhado respostas sociais efetivas em vários aspectos. Em primeiro lugar, entre as consequências dos usos, nenhuma substância em si traz consigo um desgaste maior para a pessoa do que ser preso e violentado pelas ditas forças de segurança pública. O proibicionismo e a guerra às drogas, enquanto paradigma político, criam estigmas e um conjunto de respostas comprovadamente:

a) **ineficientes, ou seja, têm um péssimo custo-benefício**, não conhecemos ninguém que parou de usar drogas porque foi violentado, mas conhecemos muitas que passaram a usar drogas de uma forma que elas mesmas consideram problemática pela violência sofrida pela polícia, por exemplo;

b) **inefcazes, ou seja, não atingem os objetivos aos quais se propõem**, pois as drogas seguem invictas nessa guerra, e têm suas produções ampliadas em suas quantidades e qualidades disponíveis, enquanto são as pessoas que morrem cotidianamente;

c) **sem efetividade, ou seja, produzem muito mais impactos negativos do que positivos** na vida das pessoas, na sociedade. Assim, gasta-se muito e entrega-se pouco ou nada, impactando na realidade centralmente, no incremento de agravos a que se dispõem a solucionar.

Por outro lado, a legalização das drogas (ou seja, a criação de uma regulação da produção, circulação e consumo) possibilitará acesso à informação e pesquisas em maior qualidade e quantidade, algo inviabilizado hoje, pois os grupos de pesquisa são proibidos de adquirir drogas para experimentos de RD<sup>8</sup>. Isso colocará a

temática no âmbito da discussão pública transparente, deslocando do foro do tabu.

A descriminalização do consumo, que parece mais iminente que a legalização, já seria um marco contra os abusos de poder da polícia, trazendo critérios objetivos para diferenciar o usuário do traficante. O próprio ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes<sup>4</sup>, que, quando então ministro da Justiça, se exibiu destruindo pessoalmente uma plantação de maconha em 2016, se posicionou contra a atual lei de drogas<sup>9</sup>. Em seu voto no STF, no julgamento sobre o tema iniciado em 2023, definiu a legislação como inadequada e racista, dado que números provam que, para ser enquadrado como tráfico (considerado um crime hediondo), a cor da pele é mais relevante do que a quantidade de drogas portadas consigo<sup>10</sup>.

Um traficante “de verdade”, aquele que comercializa grandes quantidades de drogas (em helicópteros, aviões e submarinos), enriquece justamente com a proibição<sup>11</sup>. Nesse caso, o influxo de seu capital não provém principalmente da circulação da mercadoria na Cracolândia, já que aquele comércio, composto majoritariamente por pessoas socialmente desprotegidas, facilmente presas e substituíveis, é um mercado espíhoso de varejo. O mercado do atacadista de drogas, por outro lado, está enraizado no Estado, nas polícias, nas forças armadas, nos grupos corporativos, que ampliam sua margem de lucro com a proibição, afinal, mercadoria ilegal não paga tributos, não segue padrão de vigilância sanitária, nem de qualidade.

No sentido da manutenção da proibição, a despeito de números e evidências de pesquisas científicas, assistimos abismados a retrocessos: tramita quase sem oposição no Senado uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que criminaliza as pessoas que usam drogas<sup>12</sup>; o governador do estado de São Paulo fez sucessivos cortes nos recursos destinados ao programa de câmeras corporais nas farda dos policiais militares, que comprovadamente diminuiriam a letalidade policial<sup>13</sup>; e os movimentos que atuam com RD na Cracolândia estão na iminência de serem investigados em uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) na Câmara Municipal<sup>14</sup>.

Além de tudo, a proibição deixa os usuários à margem, cria estigma que penetra nas pessoas que consomem drogas e chegam a esconder seus usos de seus pares e redes de afeto, que seriam as melhores pessoas para exercer o cuidado e a RD. Muitas vezes, o tema só passa a ser tratado quando o uso chega ao nível problemático. As pesquisas indicam, e exemplos internacionais corroboram, que a legalização diminui o tabu e possibilita que as pessoas que usam conversem mais abertamente sobre o consumo de substâncias, seja com profissionais ou amigos. Há indícios, ainda, de que a própria experiência do uso considerado problemático tende a ser menos *nóia* em um mundo mais acolhedor e sem proibicionismos. Sem a legalização, a Craco Resiste, a despeito de quem quer que seja contra ela.

### 3. Fim das grades

O paradigma punitivista, além de muito oneroso aos cofres públicos, é falido em sua essência. Pensemos numa anedota, por exemplo. Se alguém rouba a carteira de outra pessoa, terá sua liberdade sequestrada pelo Estado, sem que este se preocupe com a motivação que levou a este ato ou mesmo com as consequências de tirar esta pessoa do convívio e da rede de apoio – existem casos que encontramos no território de pessoas que eram a base econômica e afetiva de seu núcleo familiar e foram privadas de sua liberdade, colocando toda a sua rede em situação mais delicada ainda. Do outro lado, a pessoa que ficou sem carteira também não recebe nenhum tipo de assistência ou cuidado por parte do Estado. Essa conta fica ainda pior se lembrarmos que, supostamente, o Estado é quem deveria dar condições de vida digna para que condutas criminalizáveis (como roubar ou usar crack) não ocorressem. Todavia, sabemos que essas condutas são, na maior parte das vezes, as melhores possibilidades de postos de trabalho para sustentar a vida de muitas pessoas socialmente desprotegidas<sup>15</sup>.

Desse ponto de vista, articulada à questão do proibicionismo, temos o problema do encarceramento em massa no Brasil, decorrente da prisão de consumidores que têm, normalmente, posse de insignificantes



Cortejo noturno do Seminário Cracolândia em Emergência: caminhos e ações, pelas ruas do bairro da Luz até o fluxo da Cracolândia, onde ocorreu a roda de capoeira que encerrou o evento. Da esquerda para a direita: Mestre Gladson, Marcel "Osama" Segalla, Bianca Bittencourt, Thiago Castro, Contra-Mestre Sidarta Ribeiro, Luiza Mugnol-Ugarte, Treinela Gabriela Moncau, Mirian e Leandro.

Foto: Luca Meola.

quantidades de drogas. A maioria da população do fluxo da Craco já passou por este sistema carcerário falido, punitivista e racista<sup>16</sup>. A Craco é uma possibilidade racional para várias pessoas que saem do cárcere e não têm para onde ir. Se já não estava fácil antes – a desigualdade no Brasil marca profundamente as vidas dessas pessoas e todas as vidas que fazem parte de suas redes de apoio – depois de egressas do sistema prisional, com mais esse estigma, com redes e laços de afeto e apoio muitas vezes rompidos, com dificuldades ainda maiores de constituição de renda e circulação não marginal na cidade, a Cracolândia é uma possibilidade real de existência e reorganização da vida fora das grades.

Como engrenagens de um moedor de gente, a escola, a Fundação Casa, a cadeia, a comunidade terapêutica e o manicômio judiciário se retroalimentam, desgastando as condições de vida de pessoas historicamente desprovidas de proteção social, reafirmando insistentemente que a condição dessas vidas é a tensão do abandono, pelo Estado<sup>15</sup>. A Craco é, por vezes, o lugar de reencontro das redes de afetos tecidas nas entranhas dessas engrenagens, os intervalos em que se escapa dela. Ou seja, um espaço, ainda que frequentemente precário, violento e complexo, que nos parece mais seguro e familiar para se estar que qualquer outro. Enquanto existirem grades, a Craco resistirá.

#### 4. Cuidado antimanicomial, em liberdade

Dentro do campo das privações de liberdade existe uma especificidade cruel: as respostas manicomiais. Elas são uma forma de privação de liberdade especialmente nefasta, que pressupõe que afastar pessoas do seu contexto comunitário para um outro asilar é uma resposta<sup>17</sup>. Isso se apoia em teorias que explicam o consumo de drogas entre os transtornos mentais que, por sua vez, paulatinamente têm sido tratados, novamente com privação de liberdade, analogamente aos manicômios<sup>18</sup>.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), estima-se que em torno de 20% da população mundial sofre com algum tipo de transtorno de ordem mental persistente. Dificilmente essa questão acaba respondida com espaços de acolhimento e cuidado adequados em liberdade. É comum que esse grupo social não seja absorvido organizadamente pela maior parte dos circuitos comunitários<sup>19</sup>.

Sabemos que várias pessoas que vivem na Craco sequer usam crack e estão ali porque ali cabem, porque ali são vistas, por pertencimento e até mesmo por proteção, já que tecem redes de segurança, afeto e cuidado. É como um ativista da Craco Resiste diz: "a Cracolândia é o *quartinho da bagunça, da cidade de São Paulo*". Até que o *quartinho da bagunça* seja arrumado e cada pessoa, especialmente aquelas com questões de saúde mental, tenham um lugar digno e livre para o cuidado, a Craco Resiste.

#### 5. Espaço de festa para população pauperizada

A região da Cracolândia, antiga Boca do Lixo, é balada de pobre muito antes do crack chegar em São Paulo. Alguns por ali gritam de vez em quando que é a rave mais antiga em atividade do planeta<sup>20</sup>. E é difícil discordar disso! Ali nasceu e floresceu o cinema brasileiro, o samba paulistano, a pernada, a tiririca, a capoeira... e continua pulsando<sup>21</sup>. É do *underground* que se produzem as tendências do *mainstream* e não há dúvidas de que a Craco cumpre papel essencial na inovação cultural da cidade acolhendo os loucos que, comumente, são também aqueles que enxergam as coisas além de seu tempo, que esgarçam os contornos

do possível e do imaginável. Os parafusos redondos, nos buracos quadrados, que empurram a humanidade para frente<sup>22</sup>.

A fruição do tempo livre<sup>23</sup>, ainda que a custo de viver em condições degradadas de desproteção social, produz o tal do recalque em muita gente que passa com o olhar curioso (por que não invejoso?) pelo lado do fluxo da Cracolândia. Enquanto se desloca lentamente no trânsito entre casa e trabalho, passa pela cabeça: "*olha que samba bom, queria tanto ter esse tempo livre pra aproveitar assim*". Ali a festa é um estado permanente e, enquanto não se planejar uma cidade para ser aproveitada, e enquanto as pessoas não tiverem tempo livre para aproveitar a vida, e espaço adequado para o lazer, a Craco Resiste!

Como esses cinco pontos necessários para acabar com a Cracolândia parecem distantes, a Craco Resiste! Não por escolha nossa, mas como desfecho de um projeto de cidade e sociedade.

Mas então o que propomos? É preciso fazer tudo isso para resolver as questões da Cracolândia? A resposta é sim! Soluções para problemas complexos demandam respostas complexas. Mas até lá, o que fazer? Parece que manter a coerência já é uma tarefa de bom tamanho, ou seja, mirar nos cinco pontos citados e construir experiências pré-figurativas do mundo que desejamos, a fim de superar as raízes desses problemas. Mas, na prática, o que isso significa?

#### Redução de Danos

O conceito de RD é polissêmico, mas tem a ver com campo de oposição ao proibicionismo e à guerra às drogas. Surgido da auto-organização de usuários de drogas injetáveis na Holanda – o Junkie Bond –, adentra a área da saúde e se desdobra em múltiplas propostas ao longo do anos<sup>24</sup>. No Brasil, começa com as ações de trocas de seringas e agulhas em Santos, no litoral paulista, e se mantém até hoje, prevista no Sistema Único de Saúde (SUS), na política nacional de drogas do Ministério da Saúde, e pode ser muito mais complexa e eficiente, sem perder seu lastro na contestação da abstinência total como única resposta

ao consumo de drogas problemático. A RD se tornou um amplo paradigma político que acolhe diversas correntes de pensamento críticos ao campo da “guerra às drogas” expresso pelo proibicionismo. Portanto, cabe dizer aqui que compreendemos a RD como o caminho com as melhores evidências para responder às questões do consumo de drogas na Cracolândia. No entanto, é preciso dizer, em meio a algumas correntes de RD, qual a nossa, mais especificamente, mas também que há pressupostos inegociáveis para uma abordagem ser considerada RD – como ter o pressuposto da construção de vínculos e relações diretas com as pessoas que consomem drogas, que devem ser vistas como cidadãos de direitos e protagonistas<sup>24</sup>, em um processo com, e não por, muito menos em nome de. Como é comum se dizer na RD, a partir da perspectiva das pessoas que usam drogas: “*nada sobre nós, sem nós*”.

Na RD da Craco Resiste, entendemos que todas as drogas são mercadorias muito relevantes e lucrativas para o sistema capitalista. São mercadorias (lícitas e ilícitas) que mudaram o rumo do mercantilismo europeu, foram base para a revolução industrial e atualmente são verdadeiras *commodities*, altamente lucrativas, perdendo, em montante global de movimentações financeiras, somente para a indústria armamentista<sup>6</sup>. No espectro das drogas ilícitas, os dados são pouco precisos, mas é sabida sua alta lucratividade. Essa lucratividade tem seu bônus concentrado entre grandes traficantes (governos, políticos e grupos corporativos) e seu ônus socializado entre varejistas, pequenos traficantes e consumidores, penalizados com o aprisionamento em massa. No Brasil, com o racismo estrutural, o grupo onerado acima é, predominantemente, negro, recaindo brutalmente sobre uma parcela imensa da população a reprodução de uma injustiça histórica perpetrada pelos colonizadores que roubaram as terras e sequestraram povos africanos.

Para responder a esse cenário, A Craco Resiste opta pela RD em uma perspectiva anticapitalista, antirracista, antipatriarcal, antimanicomial e celebrativa, à luz dos Direitos Humanos (DH). Na prática, isso significa construir ações que se norteiam pelos princípios

da autonomia e horizontalidade, implicando uma prática rigorosa de construção de vínculos com as pessoas da Cracolândia como primeiro passo, se colocando sempre em pé de igualdade, respeitando a plenitude de direitos, a despeito da pessoa consumir crack ou não.

A motivação é o cuidado, ou trocas de cuidado, com as pessoas em desproteção social. Se a motivação fosse interesse pessoal ou coletivo por recurso, *status* ou ego, a mesma ação poderia se tornar violenta e colonialista, em vez de RD e cuidado. Entendemos como prática colonizadora impor os próprios interesses, buscando benefícios ou dinheiro mesmo, para algo “social”, que seria supostamente para beneficiar pessoas do fluxo, mas acaba revertido em uma ação que não responde a uma necessidade social do grupo específico da Cracolândia, mas a uma vontade do proponente, que acaba se beneficiando mais dos projetos que o próprio fluxo.

Para nós, também o objeto de atuação da RD é constituído por um sujeito político, dentro de uma sociedade em disputa, que consome drogas assim como qualquer pessoa (dado que psicotrópicos, açúcar e café também são drogas)<sup>6</sup>. Por isso, entendemos que as pessoas fazem escolhas por suas drogas, quando, como, onde e porque consumir, tudo isso em um processo de determinação social. Portanto, não vemos a droga em si como inimigo a ser combatido (inclusive porque ela é inanimada)<sup>25</sup>. O que vemos é um grupo de pessoas socialmente desprotegidas, acumulando séculos de iniquidades sociais e que, por isso, deve ser tratado com muito respeito, sem jamais perder de vista que a particularidade da Cracolândia tem inúmeras comunalidades, mas cada pessoa carrega consigo sua singularidade, que também é elemento fundante da nossa práxis em RD.

### **Singularidade**

Quer dizer que cada pessoa é um universo e precisa ser respeitada e cuidada. Se a RD desloca a substância do centro, para colocar a pessoa integralmente (e por isso é muito mais eficiente no cuidado),<sup>24</sup> saber quem é a pessoa que se visa cuidar é essencial

para fazer RD. Partindo desse pressuposto, qualquer ação de RD deve ter como horizonte criar ou ampliar vínculos individuais e coletivos, que permitem acessar as singularidades que são essenciais ao cuidado<sup>24</sup>. Valorizar as singularidades não significa ignorar as particularidades do grupo específico, tampouco a totalidade do mundo em que vivemos, mas se trata de centrar atenção nos seres humanos e em suas potências, e não na droga, nos fracassos, nos desajustes e nos desgastes<sup>25</sup>. É valorizar que aquela pessoa é importante para o mundo, numa realidade onde somos compelidos à atomização social, especialmente após o processo de distanciamento social, necessário para responder à pandemia de covid-19.

Valorizar o sujeito é mostrar que sua singularidade é o que o torna ele mesmo, e isso só é possível por ele existir e viver no grupo social do qual faz parte, diferentemente do que ocorre quando falamos em individualidade que, por outro lado, parece isolar pessoas e categorizá-las como um item idêntico em caixas que comportam os mesmos itens idênticos. Individualidade não explica com precisão a complexidade necessária à nossa RD, a singularidade, por outro lado, essa sim responde.

Cabe destacar que, nas correntes de pensamento individualistas que influenciam os campos da saúde pública<sup>25</sup>, principalmente, usam-se os termos usuário, dependente químico, noia, zumbi e tantos outros que generalizam a complexidade de pessoas singulares (existem muitas pessoas na Cracolândia que não usam crack, por exemplo) e, ao mesmo tempo, reduzem todas a uma categoria explicativa, exclusivamente depreciativa, de fracasso, de desgaste, pejorativa e, acima de tudo, imprecisa<sup>23</sup>. Isso porque não compreendem os potenciais de fortalecimento que qualificam, antes de mais nada, essas pessoas como pessoas!

Para nós, o mais acertado é definir quem pertence à Cracolândia como pessoas<sup>26</sup>. Para ter mais precisão acerca de quais seriam as pessoas é que elas têm nomes, e eles existem para ser usados e respeitados, incluindo os nomes sociais. Então, em vez de chamar de usuários ou dependentes químicos, façamos o exercício de nomear como pessoas ou,

ainda, o Cláudio, o Renato, a Aline, a Mirian, o Júlio, o Said e por aí vai, respeitando as singularidades.

Por fim, pontuamos que pensar em projetos de vida singulares é planejar o que se quer no mundo em que se vive, sem julgar moralmente as escolhas do outro, rigorosamente respeitando suas decisões e considerando as pessoas, assim como a si mesmo.

### **Proteção social**

É muito comum perceber em documentos oficiais, artigos científicos e notícias de jornal alguns termos correntes em comum para explicar a determinação da Cracolândia. Entre eles, os mais comuns são: vulnerabilidade social e exclusão social. Essas terminologias tentam descrever a Cracolândia e quem vive nela, entretanto partem de campos de pensamento funcionalistas, que usam o juízo de valor para atribuição e equacionamento de determinantes uni causais ou multifatoriais, e não por acaso são utilizados correntemente, também por aqueles que perpetram diversas atrocidades.

Ambas as expressões buscam descrever na sociedade de modo geral as condições de trabalho e vida de um grupo social no qual a Cracolândia também está inscrita. Todavia, na prática percebemos que as pessoas da Cracolândia só são vulneráveis, *a priori*, como qualquer ser humano (sentem dor, frio, calor, raiva, rompimento de laços, dificuldades financeiras e desalento), todavia são frequentemente mais resistentes (em diversos aspectos) e resilientes do que grande parte da sociedade que a nomeia vulnerável.

Então, um primeiro ponto crítico é que a expressão vulnerabilidade social foi cunhada à distância da realidade concreta, não conhecendo concretamente o que busca explicar num equacionamento multifatorial. Uma analogia para esse processo de explicação, distancadamente observante, são os antropólogos de gabinete, como eram conhecidos no início do XX aqueles estudiosos que ouviam relatos, liam sobre aventureiros que adentraram territórios de outros povos e passavam a teorizar equivocadamente acerca de populações com quem nunca conviveram. Além disso, a vulnerabilidade parece uma categoria absoluta, sem ter um par complementar na

potencialidade que também existe na Cracolândia, o que funciona como um descritor reducionista e estigmatizante, como se o que a definisse fosse a fraqueza, sem a existência de um oposto fortalecedor, que, na prática, sabemos que existe aos borbotões na Craco.

De maneira análoga, a expressão “exclusão social” sugere também uma distância da realidade, de que as pessoas que vivem neste território estão excluídas de um convívio social (algo que apenas alguém que nunca chegou perto pode achar) ou mesmo que a Cracolândia está excluída da sociedade, mais uma vez revelando um moralismo implícito que atribui a quem não tem acesso a determinados bens (físicos ou culturais), tidos como humanizadores na lógica capitalista ocidental, sua exclusão da sociedade. Isso não é verdadeiro, pois, ao pisar na Cracolândia, a primeira coisa que se verá são pessoas se relacionando e trabalhando em diversas ocupações, pois lá o que mais há são trabalhadores.

Afirmamos isso sem nem entrar na polêmica do tráfico de drogas, que também é uma ocupação, mas de uma parcela ínfima da população do fluxo que, em sua maioria, é formada por catadores, vendedores, mascates, artistas, marceneiros, cachimbeiros, artesãos, seguranças e tantos outros que estão totalmente incluídos, mesmo que informalmente, na cadeia produtiva capitalista. Há quem diga que isso seria romantizar a miséria, mas não se trata de idealizar algo que não existe, e sim reconhecer a existência inquestionável de potência nas pessoas. Romantiza o abstrato aquele que generaliza que a Cracolândia é exclusivamente miséria ou o “lixo humano”, como proferiu o ex-prefeito João Doria. Aqui, negamos a ideia de que as pessoas são a “desgraça humana” ou o “lixo humano” por terem acesso somente a vínculos precários em postos de trabalho das piores condições, passando a ser nominados excluídos sociais. Esse conceito, acima de tudo, reitera a lógica da culpabilização individual pelo fracasso.

Vale lembrar que o Brasil é um dos países que mais reciclam no mundo<sup>27</sup>, graças às pessoas socialmente desprotegidas que, portanto, não estão excluídas, mas integradas e são parte do “exército de reserva”<sup>28</sup>, absolutamente necessário para o sistema

funcionar e milhares de pessoas aceitarem salários miseráveis para não virar “um desses catadores”, que, na prática, produzem esse duro trabalho em carroças de coleta, carrinhos de mercado ou carregando papelão sobre a própria cabeça por dezenas de quilômetros.

Mas então o que nós sugerimos no lugar de vulnerabilidade e exclusão social para descrever a condição das pessoas que vivenciam a Cracolândia?

Parecem-nos menos piores as expressões: desfiliação social<sup>29</sup> e desenraizamento contemporâneo<sup>30</sup>, todavia, por hora, ainda há uma melhor palavra-chave que seria a expressão **desproteção social**. Isso porque o fator mais determinante para as mazelas vividas na Cracolândia passa por gerações de falta de proteção social (falta proteger negros, mulheres, crianças, população LGBTQIAPN+, imigrantes, refugiados, indígenas, camponeses expropriados, trabalhadores desempregados, idosos, pessoas com deficiência e tantas outras populações ameaçadas), do lado do Estado e do lado da própria sociedade civil. Implicar esses dois atores é fundamental na crítica ao uso das terminologias vulnerabilidade e exclusão, que parecem eximir o Estado de construir uma agenda de políticas públicas eficientes, eficazes e efetivas, e a sociedade civil de se responsabilizar pela Cracolândia como produto da própria sociedade e não como um enclave ocupado por um outro povo alienígena.

Dessa maneira, defendemos que a desproteção social ajuda a explicar a conjuntura de um grupo de pessoas com tantos potenciais, além dos potenciais de desgaste, mas também, aqueles de fortalecimento possíveis, sem juízo de valores, acerca de quem são. Também descreve, mais precisamente, o sujeito social que constitui a Cracolândia, como componente essencial e integrado ao complexo e cruel sistema produtivo. Portanto, não são somente vulneráveis, tampouco excluídas. São muito fortes, resilientes, potentes e integradas cruelmente na sociedade.

### **Reforma urbana**

Outro papo frequente de quem gosta de falar de longe da Cracolândia é que é um problema de

segurança pública e/ou um problema de saúde pública ou ainda, na melhor das hipóteses, um problema intersetorial. Esses enquadramentos não contemplam nossas análises por serem reducionistas ao explicar, de maneira fragmentada, um fenômeno sintomático do modo que nossa sociedade se organiza.

Quando se lê uma notícia acerca do problema de saúde pública da Cracolândia, não se está falando das pessoas adoecidas por tiros de balas de borracha, cassetete e bombas. O que se refere como objeto central é a compulsão, o vício ou a dependência química como termos autoexplicativos de um problema de saúde. Isso parece bastante ancorado na tese de que uma questão de saúde é tratada como um sintoma que deve ser combatido. Assim, se alguém tem febre, é administrado um antitérmico como resposta de saúde<sup>25</sup>. Essa lógica direta e inescapável de causa e efeito linear, além de reducionista, é pobre metodologicamente, sustentando justificativas funcionalistas para problemas complexos que, na maior parte das vezes, se revelam fracassadas. É o caso das frustradas explicações de que a Craco é um problema de saúde pública que se trata com abstinência total, sendo que já existem evidências que mostram que a abstinência de drogas não é um caminho para todos, muito menos da maioria. Portanto, não compreendemos a Cracolândia exclusivamente como um problema de saúde pública.

Da mesma maneira, dizer que é um problema de segurança pública restringe um complexo sistema de reprodução da Cracolândia, desde o início dos anos 1990, a uma questão de polícia. Se fosse assim, ao longo de três décadas de ações policiais algo já deveria ter mudado substancialmente pelo território. Entretanto, concretamente o que se percebe é o oposto.

Por fim, há ainda aqueles que acreditam que existem mais fatores no equacionamento da Cracolândia, portanto as respostas do Estado devem ser organizadas multifatorialmente entre secretarias de saúde, segurança, educação, cultura e por aí vai. Apesar de menos reducionista, essa perspectiva somente aumenta o número de sintomas a serem combatidos ao mesmo tempo, isso não pressupõe sinergia e nem obtém ao final processos eficientes, pois pressupõe

vários problemas sociais como fenômenos herméticos justapostos, esquecendo que interagem entre si e são mediados com totalidade estrutural político-econômica. Portanto, a ideia de intersectorialidade pode até parecer bem intencionada, mas, no fim das contas, é limitadíssima também. Quem trabalha no SUS, na região central de São Paulo, comumente relata que não pode ministrar formações sobre RD, por exemplo, em uma UBS ou uma escola, pois a gestão indireta dos serviços inviabiliza, ou seja, Organizações Sociais, com seus próprios paradigmas, negam articulação com aqueles outros serviços dos quais discordam.

Em lugar de tudo isso parece-nos fazer mais sentido a ideia de repensar a cidade, mas não como as distantes e burocráticas discussões de plano diretor. Uma verdadeira reforma urbana que repensaria prioridades da cidade, bem como uma agenda política ocupada em atender os interesses da maioria do povo e não daquela minoria que lucra com a especulação imobiliária e a gentrificação. Essa reforma seria protagonizada pelas pessoas da Cracolândia no que diz respeito à vida delas e da cidade que desejam.

### **Papo reto ou a transparência radical**

Para a Craco Resiste ter autonomia radical, foi necessária uma opção política acerca da relação com dinheiro: não ter financiamento público e nem privado. Ou seja, se manter autônoma em relação a governos, agências de financiamento, patrões, grupos corporativos, bancos e mandatos políticos. É uma escolha que só é possível com dedicação militante e apoio de uma ampla rede fortalecedora. Não é uma crítica a outros coletivos que tenham financiamento de fontes como as citadas, mas somente a escolha que a Craco Resiste fez, pressupondo que as necessidades antecedem a busca por financiamento e, em todas as vezes em que tivemos necessidades, o financiamento colaborativo com doações de pessoas físicas e por meio de vaquinhas, foi suficiente para resolver os problemas, preservando nossa autonomia.

Buscar financiamento para sustentar pessoas que não estão socialmente desprotegidas pode transformar a luta social em um negócio social, o que

discordamos. Buscar financiamento para responder a necessidades das pessoas e do fluxo da Cracolândia, manifestadas por elas e a partir de vínculos sólidos, isso sim parece coerente e é o que buscamos usar como padrão ouro para refletir sobre ações de captação de recursos, que também fazemos, parte em frentes maiores, como no Cine Fluxo, por exemplo.

É importante aqui salientar o óbvio: a transparência financeira é essencial quando se trata de recursos, em especial os públicos, destinados a ações sociais. É essencial, também, que a motivação das ações seja realmente as pessoas socialmente desprotegidas, que elas sejam o foco e as protagonistas, no começo, no meio e no fim. Como falava o Cadu, um dos fundadores da Craco Resiste e responsável por grande parte da repercussão nacional que teve o movimento em 2017:

*(...) aqui tem muito dinheiro, mas não é pra gente não, essas ONGs e projetos recebem 10 mil por mês, dão mil em marmitta ruim pra gente e ficam com nove mil pra sustentar as necessidades deles mesmo. Não é pela gente que [eles] estão aqui, é por eles.*

Portanto, é premente uma espécie de *accountability*, inclusive como forma de proteção coletiva aos ataques de grupos opositores, como os que reivindicam uma “CPI contra ONGs da Cracolândia”. Uma oficina de arte neste território só é RD ou uma ação social quando é construída com as pessoas do fluxo, no fluxo e para o fluxo. Isso é mudar o estado das coisas, dá mais trabalho, mas mudar o mundo não é para quem tem preguiça de mudar a si mesmo.

## Referências

1. Costa TGCD. Condições do lugar: relações entre saúde e ambiente para pessoas que usam crack no bairro da Luz, especificamente na região denominada cracolândia [dissertação]. [internet] São Paulo: Universidade de São Paulo; 2016 [acesso em 17 abr 2024]. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6139/tde-30112015-110523/>
2. Taylor LA. Housing and health: an overview of The literature. Health affair [internet]. 2018 [acesso em 12 abr 2024]. Disponível em: <https://www.healthaffairs.org/doi/10.1377/hpb20180313.396577/full/>
3. Senado Federal (BR). Há 170 anos, Lei de Terras desprezou camponeses e oficializou apoio do Brasil aos latifúndios [internet]. [acesso em 17 abr 2024]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios>
4. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. História - O destino dos negros após a Abolição [internet]. [acesso em 17 abr 2024]. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2673%3Acatid%3D28](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28)
5. Peres FL. Altas das periferias no Brasil: aspectos raciais de infraestrutura nos aglomerados subnormais. Rio de Janeiro: IPEA; 2021. 435 p.
6. Carneiro H. Drogas: a história do proibicionismo. São Paulo: Autonomia Literária; 2019.
7. Escotado A. História general de las drogas. Madrid: Alianza; 1990. (El libro de bolsillo; 1).
8. Ribeiro S. As flores do bem. São Paulo: Fósforo; 2023.
9. Ministro da justiça cortando pés de maconha no Paraguai será a coisa mais ridícula que você verá hoje [internet]. [acesso em 17 abr 2024]. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/ministro-da-justica-cortando-pes-de-maconha-no-paraguai-sera-a-coisa-mais-ridicula-que-voce-vera-hoje/369445466>
10. Altino L. Branco precisa estar com 80% a mais de maconha do que o preto para ser considerado traficante: Alexandre de Moraes cita estudo em voto. O Globo [internet]. [acesso em 17 abr 2024]. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/08/02/branco-precisa-estar-com-80percent-a-mais-de-maconha-do-que-o-preto-para-ser-considerado-traficante-alexandre-de-moraes-cita-estudo-em-voto.ghtml>
11. Biondi K. Junto e misturado: uma etnografia do PCC. São Paulo: Editora Terceiro Nome; 2009.
12. Boehm C. PEC das Drogas é inconstitucional e deve agravar cenário de violência. Agência Brasil [internet]. [acesso em 17 abr 2024]. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-04/pec-das-drogas-e-inconstitucional-e-deve-agravar-cenario-de-violencia>
13. Tarcísio admite que não irá investir em câmeras nas fardas de PMs e diz que equipamento não oferece segurança efetiva do cidadão. G1 [internet]. [acesso em 17 abr 2024]. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/01/02/tarcisio-admite-que-nao-ira-investir-em-cameras-nas-fardas-de-pms-e-diz-que-equipamento-nao-oferece-seguranca-efetiva-na-vida-do-cidadao.ghtml>

14. Martins L. Vereador quer abrir CPI para investigar ONGs que atuam na Cracolândia. Agência Brasil [internet]. [acesso em 17 abr 2024]. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/politica/audio/2024-01/vereador-quer-abrir-cpi-para-investigar-ongs-que-atuam-na-cracolandia>
15. Mallart F. O arquipélago. Tempo Soc. 2019;31(3):59–79.
16. Rui T, Fiore M, Tófoli LF. Pesquisa preliminar de avaliação do Programa De Braços Abertos. Plataforma Brasileira de Política de Drogas. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). 2016;1(1):122.
17. Onocko-Campos RT. Saúde mental no Brasil: avanços, retrocessos e desafios. Cad Saúde Pública. 2019;35(11):e00156119.
18. CPF - Conselho Federal de Psicologia. Relatório da inspeção nacional em comunidades terapêuticas: 2017. Brasília (DF);2018.
19. WHO - World Health Organization. World mental health report: transforming mental health for all [internet]. Geneva; 2022 [acesso em 17 abr 2024]. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/oms-divulga-informe-mundial-de-saude-mental-transformar-a-saude-mental-para-todos/>
20. Brandalise VH. Nunca vi cracolândia tão sociável, diz expert. Estadão [internet]. [acesso em 17 abr 2024]. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/nunca-vi-cracolandia-tao-sociavel-diz-expert-imp/>
21. Branquinho EDS. Campos Elíseos no centro da crise: a reprodução do espaço no centro de São Paulo [tese] [internet]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2007. [acesso em 17 abr 2024]. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-01062007-132814/>
22. Kerouac J. On the road. Nachdr. London: Penguin Books; 2007. (Penguin modern classics).
23. Pasquim HM, Soares CB. Lazer, Saúde coletiva e consumo de drogas. LICERE Rev Programa Pós-grad Interdiscip Em Estud Lazer. 2015;18(2):305–28.
24. Friedman SR, Jong W, Rossi D, Touzé G, Rockwell R, Jarlais DC, et al. Harm reduction theory: Users culture, micro-social indigenous harm reduction, and the self-organization and outside-organizing of users groups. Int J Drug Policy. 2007;18(2):107–17.
25. Arruda MSB, Soares CB, Adorno RCF. Revisão bibliográfica: o consumo de crack nos últimos 20 anos. Sau. & Transf. Soc. 2013;4(2):157-166.
26. Arruda MSB, Soares CB, Trapé CA, Cordeiro L. Crackland: Beyond Crack Cocaine. Soc Med. 2017;11(1):8–17.
27. Fabris V. Brasil é campeão mundial na reciclagem de latas de alumínio. Bares & Restaurante [internet]. [acesso em 19 abr 2024]. Disponível em: <https://abrasel.com.br/revista/mercado-e-tendencias/brasil-e-campeao-mundial-na-reciclagem-de-latas-de-aluminio/>
28. Marx K. O capital. 3. ed. São Paulo, SP: Boitempo; 2023. (Marx e Engels), v.I.
29. Castel R, Wanderley LEW, Paugam S, Belfiore-Wanderley M. Desigualdade e a questão social. São Paulo: Educ; 2022.
30. Birman J, Blandier G, Haroche C. O desenraizamento contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2022. v. 1.